



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4000058-32.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Ato / Negócio Jurídico**
 Requerente: **KEITY SABRINA DOS SANTOS**
 Requerido: **DRAUSIO JULIANO ROCHA**

Justiça Gratuita

Vistos.

KEITY SABRINA DOS SANTOS ajuizou ação em face de **DRAUSIO JULIANO ROCHA**, pedindo a declaração de rescisão contratual e a reintegração de posse de um veículo de marca VW, modelo Fox e placas DQS-4955 pelo preço ajustado de R\$24.000,00 sendo R\$2.000,00 de entrada e o saldo remanescente por meio de transferência da alienação fiduciária. Entretanto, ocorre que o requerido até a presente data não transferiu a alienação para seu nome junto à financeira, além de mostrar-se inadimplente no que tange ao pagamento das parcelas. Portanto requer antecipação de tutela decretando a busca e apreensão do veículo por meio de liminar.

Deferiu-se o pedido de tutela antecipada.

Citado, o requerido contestou, esclarecendo que o veículo foi passado para terceiro com a anuência da autora e que em 02/10/2013 encaminhou os seus dados para a transferência junto à financeira, mas até a presente data não obteve êxito, pois é a requerente quem deve efetuar tal procedimento. Alega ainda que o valor já pago por ele no veículo deve ser ressarcido, pois não há quebra contratual, nem pacto entre as partes no tocante a tal fato. Desta forma requer a improcedência da ação com a imediata revogação da medida liminar já concedida.

Houve réplica.

Marcou-se audiência de conciliação, ausente o requerido, tomou-se o depoimento pessoal da autora.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O contestante sabia da existência de ônus sobre o veículo e mesmo assim adquiriu seus direitos, não podendo alegar ignorância.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Incumbia-lhe o pagamento das prestações contratuais inerentes ao financiamento, o que não fez. Desse modo, à autora assiste o direito de retomar a posse do bem. De fato, não houve prova documental do pagamento.

É certo que a transferência do financiamento dependia de anuência de outrem, algo alheio à vontade do contestante. No entanto, mesmo sem promover a transferência, deveria pagar as prestações mensais.

A autora informou no termo de audiência que as prestações vencidas a partir de dezembro de 2013 não foram pagas (v. Fls. 78). O réu não demonstrou o pagamento. E nada importa que sejam prestações vencidas após o ajuizamento da ação, pois efetivamente não estão pagas, despropositado exigir o ajuizamento de outra ação.

Não há prova documental de benfeitorias introduzidas no veículo pelo contestante. Outrossim, existe cláusula expressa prevendo o perdimento de prestações pagas (sexta cláusula, fls. 42). Trata-se de veículo que se deprecia com o uso e com o decurso do tempo, o que torna inapropriado comparar-se com a situação de rescisão de contrato de venda de imóvel e de devolução de prestações pagas. Ademais, o réu se manteve na posse do veículo por longo tempo e beneficiou-se do uso. Daí a rejeição da pretensão de reembolso.

Diante do exposto, **acolho os pedidos deduzidos**, decreto a rescisão do contrato de compra e venda e a reintegração da autora na posse do veículo, confirmando a tutela de urgência deferida ao início da lide, com o perdimento pelo réu das prestações pagas em favor do autor.

Condeno o réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da autora, fixados por equidade em 10% do valor da causa, corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento.

P.R.I.

São Carlos, 09 de junho de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**